

Com a retomada dos trabalhos nesta terça-feira, líderes partidários devem definir com Sarney matérias prioritárias para deliberação, na semana em que nenhuma medida provisória obstrui a pauta

Projetos importantes dominam a pauta, mas dependem de acordo

1 Após exame de 165 destaques, reforma do Judiciário vai ao segundo turno

2 Governo corre contra o tempo para aprovar Lei de Biossegurança

3 Audiências públicas devem aprofundar discussão sobre proposta das PPPs

PÁGINA 3

23/09/01 CAIO GUATELLI/FOLHA IMAGEM



A desoneração de produtos vendidos no mercado externo, prevista na Lei Kandir, reduz a arrecadação dos estados exportadores, que podem ser compensados

Orçamento pode compensar estado exportador

PÁGINAS 4 A 6

Pacote visa tirar microempresário da informalidade

Alíquota única de 1,5% sobre quem fatura até R\$ 3 mil por mês é a principal medida prevista no projeto.

PÁGINA 7

"Faxina" no Código contra a discriminação

Proposta busca garantir tratamento igualitário de mulheres e homens no Código Penal.

PÁGINA 8

cidadania



Surdez afeta 15 milhões. Previna-a

Audição é fundamental para o aprendizado e o desenvolvimento da fala e da linguagem. De cada mil crianças nascidas no Brasil, três apresentam deficiência auditiva. Saiba como preveni-la.

PÁGINA 12

TEATRO

Atores devem entregar à Comissão de Educação diagnóstico da situação do teatro brasileiro.

PÁGINA 11

CANUDOS

Editado pelo Senado, *Canudos e Outros Temas* traz o relato de uma guerra cruenta.

PÁGINA 11

TV INTERNACIONAL

Presidente Lula cria comitê gestor para TV que vai divulgar o Brasil no exterior.

PÁGINA 10

ELEIÇÕES

Em debate na Unilegis, presidente do TSE, Sepúlveda Pertence, defendeu financiamento público das campanhas.

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
FRASES	Página 9
CONHEÇA O SENADO	Página 11

agenda

COMISSÕES

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Empréstimos – A comissão analisa mensagens do Executivo solicitando autorização para que o governo contraia dois empréstimos internacionais. O primeiro de até US\$ 100 milhões vai financiar parte da segunda etapa do Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS) e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O segundo, no valor de US\$ 505 milhões, é destinado ao Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil.

Hepatite – Está em análise pela CAE o substitutivo apresentado ao projeto que estende aos portadores da forma crônica da hepatite C ou B os direitos e garantias já existentes para os portadores de HIV ou doentes de Aids, como a distribuição gratuita de medicamentos e isenção de impostos (PLC 71/00). **Autor:** Câmara dos Deputados. **Relator:** senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Cobrança – Permite que municípios contratem instituições financeiras privadas para a cobrança de suas dívidas ativas, recebendo em troca uma antecipação do valor dos créditos (PRS 57/03). **Autor:** senador Sérgio Cabral. **Relator:** senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Dedução – O projeto autoriza a dedução integral das despesas com educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (PLS 81/02). **Autor:** então senador Carlos Wilson (PTB-PE). **Relator:** senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Isenção – A comissão pode analisar ainda projeto que isenta de Imposto sobre Produtos Importados (IPI) os veículos especiais destinados a pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas (PLS 270/03). **Autor:** senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). **Relatora:** senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

10h – EDUCAÇÃO

Cultura – A comissão realiza audiência pública para ouvir o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que vai falar sobre o orçamento da sua pasta para o ano de 2005.

11h – EDUCAÇÃO

Fundef – Proposta em tramitação na CE dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para erradicação do analfabetismo (PLS 33/03). **Autor:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO). **Relator:** senador

Plenário



A sessão de segunda-feira, às 14h30, é não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. A partir de terça-feira, os senadores retomam o esforço concentrado e devem votar as propostas abaixo. Na sexta-feira, a sessão volta a ser não deliberativa.

SEGUNDA-FEIRA - 14h30: Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA - 14h30:

Judiciário – Votação dos destaques apresentados à proposta de reforma do Judiciário (PEC 29/00), que teve o texto básico aprovado em primeiro turno em julho último. Entre as principais modificações da proposta estão o controle externo do Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça, e a súmula vinculante, que obriga os juízes de primeira instância a seguirem as posições adotadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). **Autor:** então deputado Hélio Bicudo (PT-SP). **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE)

Biossegurança – A proposta regula o uso e a fiscalização dos organismos geneticamente modificados (PLC 9/04). Permite o plantio e a comercialização de sementes transgênicas, e o uso de estoques congelados de embriões resultantes de fertilização *in vitro*. Muda ainda as atribuições da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e cria o Conselho Nacional de Biossegurança. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Idosos – O projeto prevê a isenção das taxas de emissão de passaporte e demais documentos de viagem aos idosos (PLS 107/00). **Autor:** Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). **Relator:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

**TERÇA-FEIRA/QUARTA-FEIRA/
QUINTA-FEIRA - 14h30:**

Presidente – Sessões de discussão, em primeiro

turno, da proposta de emenda constitucional (PEC 64/99) que obriga o presidente da República a comparecer ao Congresso na abertura da sessão legislativa para apresentar mensagem e plano de governo. **Autor:** senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e outros. **Relator:** então senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Orçamento – Sessões de discussão, em primeiro turno, da proposta que torna o orçamento impositivo (PEC 22/00), obrigando que o governo execute a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso. Na prática, impede medidas como o contingenciamento de recursos. **Autor:** senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). **Relator:** senador César Borges (PLF-BA).

Fundef – O projeto (PEC 29/02), que duplica o prazo da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), será discutido em primeiro turno durante a semana. **Autor:** então senador Francisco Escórcio. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

Idosos – Sessões de discussão em primeiro turno da proposta que obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03). **Autor:** senador Maguito Vilela (PMDB-GO). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Agências reguladoras – A proposta, que será discutida em primeiro turno, estabelece os princípios da atividade regulatória (PEC 81/03). De acordo com o texto, as agências reguladoras devem promover o funcionamento dos mercados, inclusive os serviços públicos em regime de autorização, concessão ou permissão, respeitando os interesses do poder público, do consumidor e das empresas. Prevê ainda o controle externo das agências. **Autor:** senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). **Relator:** senador Demostenes Torres (PFL-GO).

SEXTA-FEIRA - 9h: Sessão não deliberativa.

Duciomar Costa (PTB-PA).

Ensino a distância – Projeto flexibiliza o sistema de credenciamento das instituições que oferecem cursos e programas de educação a distância para incluir tecnologias como Internet e recursos audiovisuais (PLS 462/03). **Autor:** senador José Jorge (PFL-PE). **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Bolsas – As instituições privadas de educação superior deverão oferecer bolsas com descontos nas mensalidades a pelo menos 15% dos alunos de cada curso. Essas bolsas são destinadas aos estudantes que comprovarem renda familiar inferior a um salário mínimo e meio para cada membro da família (PLS 01/04). **Autor:** senador Paulo

Paim (PT-RS). **Relator:** senador Marco Maciel (PFL-PE).

Nova universidade – Proposta (PLS 323/03) que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Unifob). **Autor:** senador César Borges (PFL-BA). **Relator:** senador Almeida Lima (PDT-SE).

QUARTA-FEIRA

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Seguro-desemprego – A comissão vota a emenda apresentada ao projeto (PLS 54/02) que aumenta para dez meses o período máximo de percepção do seguro-desemprego. **Autor:** então senador Lauro Campos (PDT-DF). **Relator:** senador

Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Bulas legíveis – Proposta determina que as bulas de remédios sejam impressas em letras de tamanho igual ou superior à fonte 12, padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), permitindo assim a leitura fácil (PLS 24/04). **Autor:** senador Romeu Tuma (PFL-SP). **Relator:** senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Após a ordem do dia – ANO DA MULHER

Mulher – O colegiado vai eleger o vice-presidente e ouvir a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que fala sobre o “Ano da Mulher Latino-Americana”.

Presidente do TSE defende uso de recursos públicos nas campanhas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Sepúlveda Pertence, defendeu a aprovação, pelo Congresso Nacional, do financiamento público das campanhas eleitorais. Pertence disse



Medida inibirá corrupção, afirma Pertence

acreditar que a medida poderá resultar em economia para os cofres públicos, uma vez que inibiria a prática da corrupção. A defesa foi feita em discurso no “Ciclo de Conferências 2004”, da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), realizado na semana passada.

O financiamento público é um dos principais pontos da proposta de reforma política em discussão no Congresso. Projeto sobre o assunto (PL 4.593/01) foi aprovado no Senado e está em tramitação na Câmara. A proposta determina que, em anos de eleição, o Orçamento Geral da União (OGU) deverá reservar recursos para patrocinar as campanhas, na proporção de R\$ 7 para cada eleitor cadastrado no TSE. Se essa fórmula já estivesse valendo, para as eleições deste ano os partidos receberiam em torno de R\$ 839 milhões.

Campelo quer indicadores de qualidade para programas sociais

O Brasil precisa de uma legislação que disponha sobre padrões a serem cumpridos nos programas realizados pela administração pública. A opinião é do presidente do Tribunal de



Campelo: TCU terá referencial para fiscalização

Contas da União (TCU), Valmir Campelo, que sugeriu ao Congresso Nacional a elaboração de uma Lei de Responsabilidade Social, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que cuida dos limites de gastos no serviço público. Para Campelo, a LRF trouxe benefícios inquestionáveis, mas, a seu ver, não impede a má aplicação dos recursos.

– O Congresso Nacional, ao aprovar a realização de despesa pública, forneceria referencial para avaliar se os recursos estão bem aplicados – explicou Campelo durante o discurso que fez no “Ciclo de Conferências 2004”, da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), realizado na última terça-feira.

O presidente do TCU elogiou proposta apresentada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que determina que os objetivos impostos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores (PEC 29/03).

DECISÃO Matérias prioritárias serão definidas em reunião dos líderes partidários com José Sarney

Três projetos dominam pauta do Senado

O Senado retoma nesta terça-feira as votações, após o primeiro turno das eleições municipais. Com a pauta cheia, os líderes partidários devem definir, junto com o presidente da Casa, José Sarney, os projetos prioritários para deliberação. Entre as matérias, destacam-se a reforma do Judiciário, o projeto que institui a Lei de Biossegurança e o das parcerias público-privadas (PPPs), que ainda não está no Plenário.

O texto básico da proposta de emenda à Constituição que altera o sistema judiciário (PEC 29/00) já foi aprovado em primeira votação, mas existem 165 destaques para decisão em separado, que constituem o primeiro item da pauta. No último esforço concentrado, em setembro, a matéria não chegou a ser apreciada por falta de quórum. Se isso ocorrer nesta semana, é provável que a votação seja novamente adiada.

O projeto de Lei de Biosseguran-



Plenário retoma deliberações na sessão desta terça-feira, após o primeiro turno das eleições

ça (PLC 9/04) é uma das prioridades da base governista, que corre contra o tempo para examinar a matéria. O motivo é que o governo decidiu que só vai editar uma MP liberando o plantio de soja transgênica no país se o projeto não for aprovado logo — vale lembrar que a nova safra começa a ser plantada neste mês e os produ-

tores estão pressionando governo e Congresso por uma solução do impasse. O Brasil é líder mundial na exportação de soja. Em 2003, o setor mandou para o exterior o equivalente a US\$ 8 bilhões.

Células embrionárias

Apesar de aprovada com folga

em três comissões do Senado, a matéria sofre forte oposição dos que rejeitam as pesquisas com células embrionárias e dos que criticam as facilidades para o plantio de sementes transgênicas. O projeto já está no Plenário pronto para votação. O último relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresen-

PEC do Judiciário é destaque nas votações da semana

Quarenta propostas de emenda à Constituição (PEC) constam da extensa relação de projetos que poderão ser apreciados pelo Senado nos próximos meses. Sete delas figuram na ordem do dia da sessão deliberativa desta terça-feira, que tem como primeiro item os destaques à reforma do Poder Judiciário.

Nessas PECs, os senadores e deputados propõem alterações desde pequenos detalhes constantes das Disposições Transitórias até artigos tratando de novos direitos sociais ou reformulação nos critérios de cobrança ou isenção de tributos. Nos dois últimos anos, cinco emendas à Constituição foram aprovadas, entre elas as reformas da previdência e do sistema tributário na-

cional.

Para os debates que recomeçam esta semana no Plenário, a pauta inclui, além da reforma do Judiciário, propostas sobre orçamento impositivo; ampliação da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); controle das atividades das agências reguladoras; pagamento em dinheiro dos débitos do Poder Público para com as pessoas idosos; exclusão, entre os bens da União, das ilhas costeiras que sejam sede de município; e obrigatoriedade do comparecimento anual do presidente da República ao Congresso, na abertura de cada sessão legislativa, para apresentar sua mensagem e planos de governo.

Objetivo de propostas às vezes é preenchido por outras iniciativas

As dificuldades e o longo processo legislativo necessários para se aprovar uma emenda à Constituição explicam o fato de muitas das propostas de emenda constitucional (PECs) em discussão tratarem de assuntos que já foram resolvidos por outras iniciativas. Exemplo disso é a proposta que fixa as datas para realização das eleições presidenciais no primeiro e último domingo de outubro (primeiro e segundo turnos), providência que já foi consagrada com a Emenda Constitucional 16/97.

Uma outra proposição dispõe sobre a proteção e os direitos dos idosos, matéria que se transformou em lei federal no ano passado, com a entrada em vigor do Estatuto do Idoso, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Várias das PECs

na fila para inclusão na ordem do dia há meses, e até anos, dispõem sobre a cobrança, isenção e distribuição de ICMS entre a União, os estados e os municípios, porém boa parte das regras de arrecadação de impostos já foi reformulada por meio da Emenda Constitucional 42/03, da reforma tributária.

Três propostas em tramitação na Casa — uma delas apresentada em 1992 — tratam do número de ocupantes das câmaras municipais, assunto que mereceu ampla discussão no primeiro semestre, por força de uma iniciativa oriunda da Câmara. A matéria, entretanto, não chegou a ser votada. Prevaleceu, então, resolução que havia sido



CÉLIO AZEVEDO

Projeto de autoria de Paulo Paim assegurou proteção ao idoso

estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reduzindo o número de vereadores.

As emendas à Constituição precisam ser discutidas e votadas, em cada Casa do Congresso, em dois turnos, e exigem para sua aprovação três quintos dos votos dos senadores e dos deputados.

Diferentemente do que ocorre com os projetos de lei ordinária, as PECs tramitam, no Senado Federal, apenas por uma comissão: a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ordem do dia deve ficar desobstruída esta semana

O Senado pode ficar pelo menos uma semana sem medidas provisórias (MPs) trancando a pauta. Assim, os senadores deverão deliberar, nos próximos dias, sobre propostas de emendas à Constituição (PECs) e projetos de lei. As comissões também poderão votar, no período, projetos em caráter terminativo.

Na semana que vem, entretanto, os senadores deverão voltar a decidir sobre MPs. É que a pauta da Câmara sofre a obstrução de 16 medidas provisórias, e mais uma se somará a essa lista a partir de terça-feira. Depois de apreciadas pelos deputados, as MPs serão submetidas ao exame do Senado, impedindo assim que qualquer outra matéria seja votada. Isso porque já transcorreram 45 dias para que elas fossem analisadas. Decorrido esse prazo, passam a trancar a ordem do dia da Casa onde estão sendo apreciadas.

Até o momento, já são 27 as medidas provisórias editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva pendentes de votação pelo Congresso.

O trancamento da pauta das Casas do Congresso acaba aumentando o prazo de tramitação de outras proposições como PECs e projetos de lei. Os destaques à PEC da reforma do Judiciário, por exemplo, estão prontos para votação desde junho.

Este mês, a edição semanal do **Jornal do Senado** publica série de matérias analisando os três anos de vigência da Emenda Constitucional 32/01, que mudou a tramitação de medidas provisórias.

PECs incluídas na ordem do dia

Congresso trazer a mensagem presidencial é o ministro da Casa Civil.

- ✓ **22/00, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e outros**
Orçamento impositivo
- ✓ **29/02, ex-senador Francisco Escórcio e outros**
Amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)
- ✓ **1/03, senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e outros**
Os pagamentos de obrigações devidas aos idosos pela Fazenda serão feitos em espécie, dispensando a expedição de precatórios.
- ✓ **81/03, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e outros**
Insere na Constituição os princípios que norteiam as atividades das agências reguladoras.
- ✓ **15/04**
Exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de município.

✓ 29/00

Reforma do Judiciário

✓ 64/99, Eduardo Suplicy (PT-SP) e outros

O presidente da República deverá comparecer ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa para apresentar a mensagem e os planos de governo, sendo dada oportunidade aos líderes partidários de, posteriormente, comentar sobre o pronunciamento do presidente. Atualmente, quem costuma vir ao



ORÇAMENTO Presidente da comissão diz que Congresso deve fazer mudanças importantes na proposta do governo

Congresso busca dinheiro para indenizar estados

A proposta orçamentária para 2005 passará por mudanças importantes no Congresso Nacional, prevê o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Bernardo (PT-PR). Ele adiantou ao **Jornal do Senado** que os parlamentares deverão incluir no Orçamento recursos adicionais para compensar os estados exportadores pela Lei Kandir e para pagar os benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao salário mínimo.

No primeiro caso, não há nenhuma destinação de recursos no projeto de lei enviado pelo governo federal, a exemplo do que ocorreu em 2004. "Estima-se em R\$ 2,4 bilhões o valor necessário para compensar os estados, e no orçamento não há nenhum centavo para isso", informa o deputado.

Quanto ao salário mínimo, os recursos destinados pelo Executivo para bancar a correção dos benefícios já se encontram defasados. Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o mínimo deve ser reajustado com base na variação do INPC de maio de 2004 a abril de 2005, associada ao crescimento *per capita* do produto interno bruto (PIB), o indicador que mede a soma das riquezas produzidas no país.

Parlamentares podem aumentar investimentos em R\$ 6 bilhões

De acordo com o informativo conjunto da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf) e da Consultoria de

Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Coff), isso representaria uma alteração do atual patamar de R\$ 260 para R\$ 281,29 (variação esperada de 5,54% para o INPC e expectativa de aumento real da renda *per capita* de 2,5%).

Em razão da perspectiva de melhora do desempenho da economia brasileira em 2004, o governo reservou na proposta orçamentária R\$ 400 milhões para a atualização do salário mínimo. No entanto, como esclarece a Conorf, a alocação dessa reserva como despesa financeira impede que os recursos sejam utilizados para gastos com o aumento do mínimo se não forem feitos cortes em outras rubricas no mesmo montante.

Paulo Bernardo também acredita que os deputados e senadores aumentarão em cerca de R\$ 6 bilhões os investimentos, que ficariam próximos de R\$ 18 bilhões. A mudança se justifi-

ca principalmente pelo impacto positivo do processo de retomada econômica sobre a arrecadação federal. Ou seja, o Tesouro Nacional será brindado com um dinheiro extra.

"Essa é, talvez, a função mais importante do Parlamento"

A reavaliação dos investimentos decorre ainda da reprogramação de recursos. Nesse caso, não se trata de dar destinação a uma receita nova, e sim de dar uma nova destinação a receitas já previstas.

Paulo Bernardo entende que as modificações irão "melhorar o Orçamento, como tem ocorrido".

- Ano passado, a proposta orçamentária não tinha para a área de saúde todos os recursos que a Constituição determinava. Neste ano, o Orçamento já veio faltando R\$ 400 milhões para o salário mínimo. Então vamos corrigir, vamos melhorar. O Congresso não tem por que aprovar o projeto igualzinho como ele vem. Até porque essa é, talvez, a função mais importante do Parlamento.

O deputado lamenta que alguns não compreendam a importância das emendas parlamentares, por meio das quais os congressistas tentam conseguir recursos para os projetos e obras que consideram prioritários para a população:

- O Legislativo tem tanta legitimidade quanto o Executivo para fazer as propostas. E os 584 parlamentares estão em contato com seus estados, são pressionados e cobrados.



Quem são o "pai" e a "mãe" da lei orçamentária anual

A chamada lei orçamentária anual (LOA) deve seguir os parâmetros estabelecidos por outros dois projetos de lei, que funcionam como uma espécie de pai e mãe da proposta.

O primeiro deles é o Plano Plurianual, o PPA, que estabelece as prioridades do governo federal para os quatro anos seguintes e é enviado ao Congresso pelo presidente da República até 31 de agosto do seu primeiro ano de mandato. O PPA lista os objetivos e diretrizes para cada região do país, envolvendo os investimentos e os programas de duração continuada que o governo pretende implementar.

O outro é o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deve ser encaminhado pelo Executivo ao Congresso até 15 de abril de cada ano. Ele define as prioridades e metas para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária, trata de eventuais mudanças na legislação

tributária e indica os critérios de aplicação dos recursos das agências federais de fomento.

Já o projeto de LOA deve chegar ao Congresso até 31 de agosto, acompanhado de mensagem do presidente da República, na qual é feita uma análise da economia e de suas perspectivas.

A lei estima as receitas e autoriza as despesas de acordo com a previsão de arrecadação e engloba três orçamentos: o de investimentos das empresas estatais; o orçamento da seguridade social; e o orçamento fiscal (todos os demais recursos obtidos pelo governo federal). Somente depois de aprovado pelos congressistas e sancionado pelo presidente da República, o projeto de lei orçamentária vira lei.

Se durante a execução do Orçamento for necessário gastar acima do limite previsto, o Executivo deve submeter ao Congresso projeto de lei de crédito orçamentário adicional.



Recursos para aumento aos aposentados não constam da proposta enviada pelo governo

Comissão tenta definir novas regras de funcionamento

Antes de dar início à discussão e votação do projeto de lei orçamentária, o Congresso terá de definir as regras de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O prazo de vigência da Resolução do Congresso Nacional 1/01, que tratava do tema, expirou no último mês de agosto.

Segundo o presidente da comissão, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), houve tentativa de acordo para fixar essas normas. Não houve entendimento, porém, em relação aos critérios para apresentação de emendas parlamentares.

Cobrando igualdade quanto ao número de alterações que cada congressista pode sugerir, os deputados não aceitam que os senadores tenham direito - como vinha ocorrendo - a apresentar maior número de emendas

do que eles. Paulo Bernardo acredita que o impasse será resolvido pelo presidente do Congresso e do Senado, senador José Sarney. Também precisam ser designados o relator-geral e os relatores setoriais, que se encarregarão de detalhar as despesas, por meio do exame de dez áreas temáticas (*ver quadro*).

É da competência do relator-geral verificar se a receita prevista pelo Executivo é compatível com as informações técnicas disponíveis. O resultado dessa análise aparece no primeiro documento a ser votado pela Comissão de Orçamento, o parecer preliminar.

Nele, o relator-geral indica as dotações globais de cada área temática, órgão público e programa; estabelece as condições para remanejar ou



Paulo Bernardo: falta acordo sobre critérios para apresentação de emendas parlamentares

cancelar dotações orçamentárias; e fixa outros parâmetros para a ação dos relatores setoriais. Cabe a eles acolher ou não emendas apresentadas pelos parlamentares em cada área. As emendas que proponham inclusão ou acréscimo de valor só podem ser aprovadas se forem apontados os recursos necessários para executá-las.

As dez áreas temáticas

Cada área temática tem um relator setorial, que é encarregado de estudar o que governo e parlamentares propõem para cada setor.

- 1 Poderes do Estado e Representação
- 2 Justiça e Defesa
- 3 Fazenda e Desenvolvimento
- 4 Agricultura e Desenvolvimento Agrário
- 5 Infra-Estrutura
- 6 Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte
- 7 Saúde
- 8 Trabalho, Previdência e Assistência Social
- 9 Integração Nacional e Meio Ambiente
- 10 Planejamento e Desenvolvimento Urbano

ORÇAMENTO

Investimento tem apenas 2,9% das verbas

Os investimentos previstos no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2005 somam R\$ 11,469 bilhões. Essa cifra abrange todos os investimentos que se abrigam sob as diversas rubricas dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Mas a capacidade de investimento do governo está mesmo no orçamento das estatais. Somando-se os R\$ 35,8 bilhões a serem investidos pelas empresas estatais, chega-se ao montante total de R\$ 47,269 bilhões – ou seja, 2,9% da proposta orçamentária global, que é de R\$ 1,616 trilhão. Como nos anos anteriores, a fatia mais expressiva dos recursos está reservada para o refinanciamento da dívida pública federal, que consumirá R\$ 935,3 bilhões.

O levantamento da consultoria aponta o setor de transportes como o maior beneficiário dos investimentos propostos pelo governo nos orçamentos fiscal e da seguridade social. A destinação

programada para a área é de R\$ 2,62 bilhões.

Levando em conta as necessidades do setor, o montante é considerado pequeno. Segundo a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), apenas para recuperar as estradas hoje em precário estado de conservação, deveriam ser aplicados R\$ 7 bilhões. Esse seria, porém, somente o primeiro passo, diz o presidente da entidade, Clésio Andrade.

– Em seguida, o governo deveria se preocupar com a expansão do sistema, com a duplicação de importantes eixos rodoviários. Depois disso, vai precisar preocupar-se com a melhoria dos traçados de engenharia. As estradas do país são muito antigas. Hoje, os veículos de transporte são mais potentes, e em muitos casos não se adaptam ao traçado das vias. Por isso, a engenharia precisa ser revista, para eliminar pontos onde ocorrem muitos acidentes.



2003 - ARQUIVO CNT

Recuperação das estradas federais, segundo a Confederação Nacional dos Transportes, exigiria R\$ 7 bilhões, quantia bem superior aos R\$ 2,62 milhões que serão destinados, em 2005, ao setor

Dinheiro é insuficiente para atender área de saneamento

A situação não é melhor na área de saneamento, a segunda mais bem aquinhoadada em termos de recursos para investimento, na proposta orçamentária. Os recursos previstos para o próximo ano correspondem a 18% do que seria necessário anualmente para garantir o fornecimento de serviços de água e esgoto para toda a população.

A constatação é de estudo do Ministério das Cidades, citado por José Aurélio Boranga, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). Segundo ele, 90 milhões de brasileiros não contam com coleta de esgoto e 25 milhões

não têm acesso a água encanada. Ele enfatiza que o saneamento precisa ser encarado como uma obrigação tanto da União como dos estados e municípios.

– O valor previsto no Orçamento é baixo. Conforme o ministério, seriam necessários R\$ 9 bilhões anuais para universalizar a água e o esgoto no país, no prazo de 20 anos. Para enfrentar a questão, o que falta é priorizar o saneamento. Enquanto União, estados e municípios não passarem a destinar mais recursos para saneamento, ficaremos como bicicleta ergométrica. Vamos pedalar, pedalar, pedalar, sem sair do lugar.

ONGs se unem no combate a restrições impostas pelo FMI

O baixo nível dos investimentos públicos no Brasil e a maneira como os recursos têm sido conduzidos mobilizam cada vez mais as organizações não-governamentais (ONGs). Essa foi uma das razões que levaram 64 ONGs a se reunirem na Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. O ponto comum entre elas está na idéia de que a ação dos organismos multilaterais – como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial – é a principal origem das restrições orçamentárias e das distorções na formulação e execução das políticas públicas.

Doutor em Direito pela Universidade de Harvard, o secretário-executivo da Rede Brasil, Marcus Faro, afirma que os investimentos em 2005 serão prejudicados pelo compromisso do governo com o FMI de atingir superávit primário de 4,25% do produto interno bruto (PIB). Para cumprir essa meta, o gover-

no projeta um resultado positivo de 2,45% do PIB, ou R\$ 45,3 bilhões, nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

– Basta verificar o volume de recursos comprometidos com a meta de superávit para se ter uma noção de quanto seria possível investir se baixasse essa meta. No século 19, os credores mandavam navios de guerra para garantir o pagamento dos seus créditos. Hoje, essa função é cumprida pelo superávit.

Para a Rede Brasil, enfrentar o gargalo orçamentário também impõe a necessidade de se reverem outras políticas do governo avalizadas por instituições multilaterais.

Redução dos juros, alongamento da dívida interna e fixação de teto para gastos com a dívida estão entre as medidas preconizadas pela entidade para libertar o Orçamento das amarras que comprimem o montante de investimentos públicos.

Transposição do Rio São Francisco é a maior obra

A transposição de águas do Rio São Francisco é a maior obra prevista no Orçamento de 2005. O valor de R\$ 1,073 bilhão destinado ao projeto explica por que os investimentos em gestão ambiental aparecem em terceiro lugar na proposta orçamentária, de acordo com o estudo da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado. O projeto pretende integrar as bacias de rios localizados nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, beneficiando uma população de 9 milhões de pessoas. Além de garantir o abastecimento de água no semi-árido nordestino, a iniciativa prevê a revitalização do São Francisco mediante

várias ações de preservação ambiental.

O custo total do projeto é de R\$ 4,2 bilhões.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirma, na mensagem em que encaminhou a proposta orçamentária, que "o projeto de transposição não deve ser visto como a solução final dos problemas do Nordeste, mas atenderá às necessidades de água de parte das populações sujeitas à seca e representa parcela importante de um conjunto de medidas necessárias ao desenvolvimento da região e ao resgate da chamada dívida social do país com aquelas comunidades".

Na mensagem, o presidente da República destaca os princi-

pais programas e obras previstos para o ano que vem. Na área de transportes, tiveram menção especial os R\$ 235 milhões destinados à modernização de portos e à duplicação de dois trechos da BR 101, no Sul e no Nordeste.

Outros projetos importantes incluídos na proposta orçamentária são a reconstrução da base de Alcântara (MA); a expansão do Bolsa-Família, cuja meta é atender 8,7 milhões de famílias até o fim de 2005; e o fortalecimento do programa Saúde da Família. Nesse caso, pretende-se alcançar no próximo ano o total de 25 mil equipes, que atenderiam 65% da população brasileira.

Função de Governo	2003		2004		2005
	Autorizado	Empenhado	Autorizado	Empenhado	PL 2005
Administração	323	144	278	232	231
Agricultura	624	209	524	290	283
Assistência Social	149	36	187	122	133
Ciência e Tecnologia	192	166	226	183	277
Comércio e Serviços	219	55	261	37	54
Comunicações	56	24	19	34	101
Cultura	82	19	103	33	49
Defesa Nacional	1.549	907	1.445	991	1.201
Desporto e Lazer	252	112	250	51	67
Direitos de Cidadania	243	129	223	200	272
Educação	710	443	658	483	706
Encargos Especiais	46	13	23	23	72
Energia	170	38	62	76	34
Essencial à Justiça	43	32	54	48	81
Gestão Ambiental	1.424	263	557	268	1.409
Habituação	370	122	238	2	60
Indústria	116	61	70	49	62
Judiciária	389	269	495	436	603
Legislativa	130	78	177	171	217
Organização Agrária	110	81	344	227	435
Previdência Social	57	47	44	51	56
Relações Exteriores	13	10	39	39	61
Saneamento	1.651	1.003	2.682	1.437	1.623
Segurança Pública	557	353	567	350	404
Trabalho	32	18	45	34	47
Transporte	3.547	1.498	2.520	1.680	2.620
Urbanismo	895	328	842	279	313
TOTAL	13.950	6.457	12.933	7.824	11.469

Fonte: Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal

ORÇAMENTO



Congresso só mexe em 3,1% dos recursos

Os recursos incluídos na proposta orçamentária enviada pelo governo que são passíveis de remanejamento, conhecidos como “despesas discricionárias”, totalizam R\$ 50,4 bilhões. Ou seja, eles representam 3,1% do Orçamento total e 12,2% das chamadas “despesas primárias”, que são todos os gastos incluídos no projeto de lei orçamentária com exceção das despesas financeiras.

Essa é a parcela do Orçamento que pode ser objeto de alteração tanto no Congresso como no Executivo. Ela exclui, além dos gastos financeiros, os custos com pessoal e encargos sociais; os benefícios previdenciários; as transferências constitucionais aos estados e municípios; e outras despesas obrigatórias.

O fato de interferirem em uma parcela relativamente pequena do Orçamento é um dos argumentos dos deputados e senadores que se queixam de uma prática bastante antiga do governo: o “contingen-

ciamento”, que é o represamento dos gastos públicos determinado pelo Executivo. Quando isso acontece, na prática, a decisão adotada pelos parlamentares não tem efeito porque a despesa não é executada.

Há sinais de mudança de comportamento por parte do governo. Segundo estudo da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf), o governo havia executado 60,5% de todos os investimentos aprovados pelo Congresso até o último dia 31 de agosto. Em todo o ano de 2003, executou apenas 46,3%.

Para chegar a esses números, a Conorf levou em conta as despesas “empenhadas”, isto é, cujo pagamento foi autorizado. Os percentuais seriam menores se tomassem como referência os valores efetivamente pagos.

De qualquer maneira, persiste a pressão no Congresso para instituir o “orçamento impositivo”. Com

ele, o Executivo ficaria obrigado a executar as despesas aprovadas pelo Congresso. É o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Proposta de emenda traz novidades importantes

Na pauta desta semana, a PEC 22/00 elimina o contingenciamento, na forma hoje praticada, e possibilita ao presidente da República solicitar o “cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, de dotação” orçamentária. Esses pedidos tramitariam em regime de urgência no Congresso e seriam considerados aprovados se não fossem deliberados no prazo de 30 dias.

A proposta, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), traz outras novidades importantes. Uma delas é o fim das chamadas receitas condicionadas. Em outras palavras: se a PEC entrar em vigor, o governo não poderá prever receitas que ainda dependem de leis que não foram aprovadas.

A peça mais importante do Estado de direito

LUIZ FERNANDO MELLO PEREZINO

A Lei Orçamentária Anual é o documento legal mais importante do Estado democrático de direito. Ela traduz em termos financeiros todas as alocações dos escassos recursos subtraídos da sociedade por intermédio de impostos e contribuições.

A participação do Poder Legislativo no processo orçamentário significa o aval da sociedade, por meio de seus representantes, quanto ao destino dos recursos públicos. Nesse contexto é que estão inseridas as emendas parlamentares ao Orçamento. Elas representam o esforço político dos congressistas em canalizar recursos para as regiões de interesse de sua base eleitoral.

Somente as emendas parlamentares têm aptidão legal para interferir na proposta orçamentária. Após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária em 31 de agosto, o Parlamento tem prazo constitucional até o dia 15 de dezembro para aprovar o Orçamento para o próximo exercício financeiro.

Durante esse período, são revistas as projeções do Poder Executivo que fundamentaram a elaboração da proposta orçamentária. Desse modo, a partir de uma análise detalhada de todos os fundamentos da economia para o próximo ano, podem ser definidas novas alocações para despesas com saúde, reajuste do sa-

lário mínimo, investimentos em infra-estrutura e saneamento básico, assistência social etc.

Essas revisões são extremamente importantes. Nos últimos cinco anos, por exemplo, os estudos técnicos feitos no Congresso demonstraram que as receitas contidas na proposta orçamentária enviada pelo Executivo foram sistematicamente subestimadas.

Para assegurar o rigor técnico na discussão do Orçamento, o Legislativo conta hoje com duas qualificadas consultorias, vinculadas à Câmara e ao Senado, e com uma poderosa ferramenta auxiliar: o Sistema de Elaboração Orçamentária (Selor). Ele permitiu não apenas racionalizar o processo de análise, como lhe dar transparência.

Condenou a um passado remoto um fato que ganhou repercussão nacional, há aproximadamente dez anos, com a CPI do Orçamento: o controle das decisões sobre o Orçamento, no âmbito do Legislativo, por um restrito grupo de parlamentares. Graças ao Selor, as alterações efetuadas no Orçamento pelo Congresso ficam devidamente registradas e permanecem sujeitas à avaliação dos muitos usuários do sistema.

Tais aprimoramentos devem ser saudados como conquista da democracia em benefício da sociedade.

LUIZ FERNANDO MELLO PEREZINO é consultor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf)

Indicadores adotados na elaboração do Orçamento

Para calcular as receitas e as despesas do ano seguinte, o Executivo leva em conta vários indicadores econômicos importantes. Veja quais foram os parâmetros usados na proposta orçamentária para 2005:

Salário mínimo

Considerando as previsões de inflação e PIB, o salário mínimo implícito na proposta orçamentária é de R\$ 281,29. O novo valor entrará em vigor em maio de 2005.

PIB

O governo prevê um crescimento de 4% no produto interno bruto, que mede a soma das riquezas produzidas no país. O PIB esperado é de R\$ 1,849 trilhão.



Inflação

A inflação para o ano que vem foi estimada em 4,5%.

Taxa de câmbio

O dólar médio para 2005 foi projetado em R\$ 3,16.

Massa salarial

O aumento esperado da massa salarial, que é o montante total de recursos pagos aos trabalhadores na forma de salários ou aposentadorias, é de 9,09%.

Cidadão poderá fiscalizar gastos públicos on-line

O Senado deve lançar em breve um sistema de acesso on-line às informações do orçamento federal. De fácil acesso e considerado uma experiência inovadora no plano internacional, o Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga) estará disponível em uma primeira etapa para os gabinetes e as consultorias das duas Casas do Congresso e usuários especiais, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério do Planejamento. E chegará ao público no primeiro

semestre de 2005.

Antes disso, segundo o responsável pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), Fábio Gondim, o sistema passará por novos testes. A maior preocupação é se a capacidade do servidor, de 10 mil usuários e 500 acessos simultâneos, comportará a demanda.

Os primeiros testes ocorreram no início deste ano, com a instalação do Siga nos gabinetes de alguns senadores, de lideranças

partidárias e de órgãos técnicos do Senado.

– Com a avaliação desses usuários, foi possível torná-lo ainda mais didático – relata Gondim.

Para oferecer transparência

Em agosto de 2000, quando começou a ser desenvolvido em conjunto com o Prodasen, os consultores perceberam que o Siga poderia ser uma boa ferramenta para dar transparência à sociedade sobre as receitas e os gastos

públicos, desde sua elaboração até a execução e fiscalização. O Siga poderá responder questões simples e diretas, como, por exemplo, se um determinado município recebeu as verbas do fundo de desenvolvimento do ensino fundamental (Fundef).

A versatilidade do Siga desperta curiosidade internacional. Consultores do Congresso norte-americano, especialistas cubanos e espanhóis surpreenderam-se com as possibilidades oferecidas pela ferramenta.



Fábio Gondim: versatilidade do Siga surpreende especialistas

MOREIRA MARIZ

INFORMALIDADE Objetivo do projeto, que envolve estados e municípios, é atingir até 3 milhões de trabalhadores



Pacote reduz impostos para microempresários

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou semana passada que vai submeter ao Congresso projeto de lei complementar que tem como objetivo tirar da informalidade trabalhadores e microempresários por meio de regimes trabalhista, tributário e previdenciário especiais. As estimativas apontam que as medidas podem atingir entre 2 milhões e 3 milhões de trabalhadores e empresários.

O projeto, segundo as informações divulgadas pelo Palácio do Planalto na última quarta-feira (29), inclui a instituição de uma alíquota única de 1,5% para empresas que tenham faturamento mensal de R\$ 3 mil. Assim, os microempresários ficariam livres de outros tributos federais, como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a contribuição previdenciária. Pela proposta, esse tributo único seria recolhido à Previdência.

Estados e municípios, de acordo com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, também se envolveriam na iniciativa, estabelecendo alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias

Para autônomo, alíquota de 11% sobre o salário mínimo

Para os trabalhadores autônomos de baixa renda e segurados facultativos, que incluem donas-de-casa e estudantes, entre outros, o projeto de lei possibilita o pagamento de uma alíquota de 11% sobre o salário mínimo (R\$ 28,60), em vez dos atuais 20%. O direito é estendido aos microempresários, que hoje têm que pagar uma alíquota de 20% sobre o valor do pró-labore, geralmente superior a um salário mínimo. Esses contribuintes passariam a ter direito a aposentadoria por

e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) de até 1,5% e 2%, respectivamente, para os microempresários. Para uma empresa com faturamento de R\$ 3 mil mensais, esses percentuais significariam tributação mensal de R\$ 45 e R\$ 60 para os impostos estadual e municipal, respectivamente.

A contribuição do empregador para o Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS) também deve ser afetada pelo projeto de lei complementar: com a concordância expressa de um novo empregado, o patrão poderia reduzir a contribuição de 8% para 0,5% sobre o salário do trabalhador.

Essa diminuição no recolhimento, porém, implicaria também um Fundo de Garantia menor para o empregado.



Lula anuncia projeto que diminui burocracia e institui alíquota de 1,5% para empresas com faturamento mensal de até R\$ 3 mil

idade, mas não poderiam solicitar o benefício por tempo de contribuição.

Outro objetivo do projeto, já batizado como “pacote contra a informalidade”, é diminuir a burocracia para a abertura de empresas no Brasil, considerada uma das piores do mundo. Para isso, o governo estaria desenvolvendo um sistema informatizado para o pagamento facilitado dos tributos.

Até o fechamento desta edição, a reportagem do **Jornal do**

Senado ainda não havia obtido acesso ao projeto, que acompanha exposição de motivos do governo. O projeto não havia chegado à Secretaria Geral da Mesa da Câmara e estaria ainda em fase final de redação na Casa Civil da Presidência da República. Quando chegar ao Congresso, a matéria começa sua tramitação pela Câmara dos Deputados. A expectativa do governo é que o projeto seja aprovado pelo Congresso ainda este ano para que entre em vigor já em 2005.

Medidas podem não atrair todos os trabalhadores informais, diz consultor

Com base nas informações divulgadas pela mídia sobre o pacote contra a informalidade, o consultor legislativo do Senado Mário Theodoro acredita que as medidas anunciadas pelo presidente Lula não terão a efetividade esperada no combate à economia informal.

Theodoro considera que a medida pode atingir parcialmente o seu objetivo e aumentar a contribuição daqueles trabalhadores e microempresários com algum tipo de organização, que compõem uma pequena faixa do mercado informal. Somente esses devem se interessar a aderir à nova alíquota de contribuição e se regularizar, prevê o consultor.

Porém, ele observa que a maior parte da informalidade é composta por trabalhadores autônomos completamente desorganizados, como os camelôs. Estes, disse Theodoro, devem continuar sem a motivação necessária para ingressar na economia formal.

A questão da exclusão social do trabalho, na opinião do consultor do Senado Federal, deve ser abordada pelas proteções

oferecidas aos trabalhadores e não pelo pagamento ou não de tributos.

Ele lembra que até a Constituição de 1988 as pessoas tinham um motivo a mais para contribuir para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS): o pagamento dava acesso aos serviços públicos de saúde, ainda que precários.



Theodoro: caiu número de trabalhadores informais que contribui com o SUS

Universalização da saúde desestimulou a contribuição

Com a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), que acabou com qualquer condicionante para acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo Estado, o número de trabalhadores informais que paga a contribuição previdenciária caiu sensivelmente. Esse dado é confirmado por pesquisa realizada pelo consultor Mário Theodoro na Região Metropolitana do Recife, apontando que o percentual de contribuintes no mercado informal caiu de cerca de 20% em 1983 para menos de 5% em 1999.

– Com o SUS, a contribuição para a Previdência deixou de ser uma obrigação. Algo circunstancial como a saúde ajudava na contribuição. O SUS, que é uma inovação muito importante da Constituição de 1988, ao mesmo tempo serviu para desestimular a contribuição – analisa Theodoro.

Na avaliação do consultor, a oferta do benefício e da proteção social da aposentadoria pode não estimular o aumento da contribuição pelos trabalhadores informais com pouca organização. Segundo ele, já foi constatado que, para essas pessoas, a aposentadoria é uma possibilidade remota, que depende de investimentos por 30 anos, o que, em muitos casos, não entra nos cálculos estratégicos dos trabalhadores.

O problema da informalidade, afirma Theodoro, é que a força de trabalho ociosa é muito grande, enquanto que o número de vagas é limitado. Dessa forma, continuou, se dá a precarização das relações de trabalho. Esse cenário faz com que a ação do Estado seja imprescindível, conclui. Porém, Theodoro lamenta que a grande ação do governo contra a informalidade no Brasil ainda seja a repressão.

Um mercado à margem

O mercado informal é o conjunto de atividades econômicas de baixa produtividade que se desenvolve sem abrigo na legislação e às margens do mercado formal. Ou seja, apesar de fazer parte da rede de unidades de produção da economia, o mercado informal de trabalho adota regras e procedimentos que, em geral, não se enquadram no aparato legal vigente.

As relações informais de trabalho estão diretamente relacionadas à capacidade reguladora do Estado. O sistema informal determina, então, o próprio perfil e os limites do sistema formal de emprego e vice-versa.

MULHERES Mudança na lei para eliminar expressões preconceituosas

Serys: Código Penal sem discriminação

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou, na sexta-feira, que a proposta de mudança no Código Penal para eliminar tratamento discriminatório à mulher tem todas as chances de ser aprovada em Plenário. Serys é autora do substitutivo ao projeto de lei da Câmara que trata do assunto. “Estamos promovendo uma verdadeira faxina no lixo existente na legislação brasileira com o objetivo de conseguir tratamento de igualdade entre homens e mulheres”, disse a senadora, ao citar iniciativas que estão permitindo mudar o tratamento dispensado às mulheres pelos legisladores.

Entre as mudanças previstas na proposta, que foi aprovada por unanimidade na CCJ, no mês passado, está a de suprimir do texto da lei o qualificativo “honesta” que acompanha referências à mulher em três artigos do Código Penal. O relatório também altera a lei em vigor ao tratar do raptado de mulheres.



Serys ressalta chances de aprovação, em Plenário, de substitutivo de sua autoria



Projeto da deputada Lara Bernardi, aprovado na Câmara, é considerado um avanço

O projeto aprovado pela Câmara, de autoria da deputada Lara Bernardi (PT-SP), modificou os artigos 216 e 231 do Código Penal, substituindo a expressão “mulher honesta”, contida nos dispositivos que tratam do raptado de mulheres, e mudou outras expressões relativas ao crime de tráfico sexual. Considerada um avanço pela bancada feminina na Câmara, a matéria foi aprovada

com subemenda substitutiva do deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), que amplia a abrangência da tipificação do crime de tráfico sexual, para possibilitar sua aplicação a qualquer pessoa vítima de tentativa de prostituição no exterior. Ficou ainda definido um novo tipo de crime, o de tráfico interno de pessoas, com ligação dessa prática criminosa com o exterior.

Para senadora, legislação está ultrapassada e julga a mulher sem isenção

De acordo com Serys, não se pode mais “conviver com um Código Penal de 1940, que está totalmente ultrapassado quando julga a mulher sem isenção e a pune pelo simples fato de ser mulher”. Para a senadora, que preside a Comissão Especial do Ano Nacional da Mulher, comemorado este ano, o projeto que altera o Código Penal representa “uma grande oportunidade de avançar na luta pelos direitos da mulher”.

– Não há mais razão, no mundo contemporâneo, para se manter intervalo tão largo quanto o hoje presente para o crime de raptado consensual (até 21 anos) – defende Serys. A senadora lembra que até mesmo o Código Civil já outorgou às mulheres maiores de 18 anos a capacidade absoluta para contratar, administrar e tomar decisões que produzam efeitos jurídicos civilmente, não havendo, portanto, segundo ela, sentido em se punir penalmente “quem rapta uma maior de 18 anos, pessoa emancipada por força da lei e que não mais se encontra sob a esfera do poder paterno e materno”.

Serys destaca, ainda, as alterações propostas para o artigo 231, que trata de tráfico para fins sexuais.

– Os homens também têm sido vítimas do tráfico voltado para a exploração sexual – afirma ela.

A parlamentar ressalta a importância de iniciativas que contribuam para eliminar tratamento discriminatório na legislação brasileira, permitindo maior igualdade entre homens e mulheres.

Mudança na lei é oportunidade de avançar na luta pelos direitos da mulher

Assessora da ONG Cfemea critica demora na alteração de leis ordinárias

A tramitação de projetos que envolvam os direitos da mulher é sempre acompanhada de perto pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). De acordo com a assessora da ONG, Myllena Calasans Matos, a Constituição de 1988 representou uma série de ganhos em questões ligadas à mulher, mas as mudanças na legislação ordinária têm ocorrido de forma lenta.

– O Código Penal já havia sofrido uma reformulação que não chegou a atingir a parte específica de conduta-crime e, por isso, precisávamos de uma reeleitura para que a mulher deixasse de ser tratada como um ser frágil, débil e que precisava do controle do Estado – explica Myllena.

Em 1988, com a criação do Conselho Nacional da Mulher, a discussão do tema no movimento feminista tomou fôlego e as propostas de modificação da lei começaram a ganhar corpo. “Mesmo assim, houve demora entre o início dos debates e a consolidação das propostas que foram encaminhadas ao Congresso Nacional”, observa a representante do Cfemea.

Entre as mudanças importantes introduzidas no Código Penal, no Senado, Myllena destaca a punição atualmente prevista para o estupro.

– Existe na lei uma situação absurda em que o agressor não é penalizado, desde que repare o seu ato casando-se com a vítima ou quando ela se casa com um terceiro – afirma Myllena, depois de ressaltar que o crime atinge física e psicologicamente a mulher.

Movimento feminista propagou-se após conquistas na Constituição

Cartilha informa sobre direitos e garantias

Com o objetivo de informar as mulheres sobre os seus direitos, a Comissão do Ano da Mulher lançou a cartilha *A Mulher e as Leis: perguntas e respostas para o Brasil do século XXI*.

Licença-maternidade, isonomia salarial em relação aos homens, guarda dos filhos, direitos políticos e violência sexual são alguns dos temas

tratados na publicação, que, num texto leve e de fácil compreensão, informa sobre as principais garantias concedidas às mulheres como cidadãs, no trabalho e na família, além das penalidades previstas para casos de violência, física ou psicológica.

Foram publicados cerca de 3 mil exemplares do informativo. Para adquirir uma edição, basta entrar

em contato com o gabinete da presidente do colegiado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), pelo endereço eletrônico serys@senadora.gov.br.

A Comissão do Ano da Mulher ainda deve realizar duas sessões solenes, entre outros eventos.

Mais informações sobre o colegiado e a agenda de eventos no site www.senado.gov.br/anodamulher/.

Principais alterações do Código Penal propostas pelo substitutivo de Serys

Código Penal	Substitutivo
Art. 107. Dois incisos dizem que, em caso de agressão, o autor pode ficar livre de punição se casar com a vítima ou se esta se casar com um terceiro.	O substitutivo revoga esses dispositivos por entender que o casamento não exclui os danos sofridos pela vítima.
TÍTULO VI Dos Crimes contra os Costumes.	Passa a se chamar “Dos Crimes contra a Dignidade Sexual”. A mudança se justifica porque se trata de agressões que atingem a integridade da vítima e não costumes predominantes na sociedade.
Art. 213. Estupro - constringer mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.	Muda para “Violação Sexual” e retira o termo “mulher” para incluir “alguém”. Além disso, se define pelo ato de “constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, à prática de relação sexual”.
Art. 214. Atentado violento ao pudor - constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.	Esse crime passa a se chamar “Abuso sexual” e se configura como o ato de “constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou submeter-se a praticar ato libidinoso diverso da relação sexual”.
Art. 215. Posse sexual mediante fraude - ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude.	Foi substituído pelo novo tipo “Violação sexual mediante fraude” e exclui o termo “mulher honesta”, devido à conotação discriminatória.
Art. 216. Atentado ao pudor mediante fraude: induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que se pratique ato libidinoso diverso de conjunção carnal.	Foi substituído pelo tipo “Abuso sexual mediante fraude - induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou permitir que se pratique consócio outro ato libidinoso diverso da relação sexual”. Se o crime for cometido para obter vantagem econômica, aplica-se também pena de multa.
Art. 217. Sedução de mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (quatorze), para ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.	O substitutivo propõe a revogação do crime de sedução pelo fato de o dispositivo tratar diferentemente mulheres e homens, ao estabelecer que apenas as mulheres são passíveis de sedução.
Arts. 219 a 222. Raptado violento ou mediante fraude de mulher honesta para fim libidinoso e raptado consensual de maior de 14 (quatorze) anos e menor de 21 (vinte e um) anos.	Os dispositivos que tratam do raptado são retirados e o raptado passa a ser tratado pelo crime de “sequestro e cárcere privado”.
Ação penal Os crimes de estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude, assédio sexual, sedução, raptado violento ou mediante fraude e raptado consensual somente se procedem mediante queixa, isto é, é preciso a iniciativa da vítima para o Estado apurar o crime. A ação penal é pública de iniciativa do Ministério Público, quando: I - a vítima ou seus pais não podem prover às despesas do processo. Mas neste caso ainda depende de representação (da permissão da vítima); II - o crime é cometido com abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador.	O substitutivo altera o artigo para que os crimes definidos se procedam mediante ação penal pública condicionada à representação, pois esse recurso é mais adequado para a proteção da vítima do que a queixa, que contribui para a ocultação de tais crimes. A ação será pública incondicionada nos casos em que o crime é cometido contra vítima menor de 18 anos; mentalmente enferma ou deficiente mental; e com abuso de autoridade familiar, ou da qualidade de padrasto ou madrasta.
CAPÍTULO V Do Lenocínio e do Tráfico de Mulheres	Este capítulo passa a ser “Da Exploração e do Tráfico Sexual”.
Art. 240. Adultério e traição no casamento são punidos com pena de detenção.	O substitutivo revoga esse artigo por entender que não se trata de conduta relevante para ser protegido pelo Direito Penal.

Fonte: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)

Voz do Leitor

PULSOS TELEFÔNICOS

"Senadores, solicito que, dentro do possível, criem projeto de lei obrigando as empresas de telecomunicações a colocar em todas as residências que utilizam telefones fixos um medidor de pulsos, pois quando recebemos nossas contas não vem especificado quantos pulsos nós consumimos. Ficamos sem saber se realmente consumimos ou não o que nos cobram."

Hylton Batista dos Santos, de Alagoinhas (BA)

ASMA

"Desejaria que a próxima edição do *Especial Cidadania* abordasse o problema da asma, doença que não tem cura. Nós, que sofremos com essa doença, deveríamos ser aposentados. Agora é que o governo está liberando alguns remédios gratuitamente, com restrições. É uma vergonha: só recebe medicamentos o paciente, ou o pobre coitado, que estiver mais para morrer do que para dar continuidade ao tratamento."

João Alves de Almeida Filho, de Itaquaquecetuba (SP)

SALÁRIO MÍNIMO

"Senadores do Rio de Janeiro, peço aos senhores que analisem a questão do salário mínimo. Como o governo diz que não tem dinheiro para pagar um salário maior e gasta R\$ 1,5 milhão todo o mês com passagens aéreas para ministros? Isso é de deixar qualquer cidadão indignado."

Valdeci de Lima, de São Gonçalo (RJ)

"Senador Paulo Paim, acho muita injustiça conceder aumentos tão pequenos ao salário mínimo. Isso é

muita falta de consideração. Quando se parte para dar um salário digno para o cidadão brasileiro, pelo menos para que não passe fome e que tenha um lugar para viver, o governo não faz esforço maior; agora, para grandes corrupções e grandes promessas, isso sim, o governo não mede esforços."

Luiz Arrais Neves, de Russas (CE)

EMPRÉSTIMO

"Senador Cristovam Buarque, por que pessoas autônomas não conseguem pegar empréstimos? Sou diarista e estou passando por dificuldades, mas todo lugar que procuro solicita comprovante de renda. Peço que o senhor crie um projeto que facilite o empréstimo pessoal para o trabalhador autônomo."

Vera Lúcia Gonçalves dos Santos, Brasília (DF)

ECONOMIA

"Senadores Arthur Virgílio, Heloísa Helena, Mão Santa, Eduardo Siqueira Campos e Alvaro Dias, se existe tanta falta de dinheiro no governo, por que não reduzir o número de ministros e seus assessores em 50%?"

Reny Mello, de Sapiranga (RS)

CRÉDITO BANCÁRIO

"Senador Paulo Paim, por que não existe uma linha de crédito com facilidades e juros baixos para que o deficiente físico possa ter sua casa própria já construída, para não haver nenhuma readaptação para uso de cadeira de rodas, muletas, etc.? Por que temos de fazer parte da classe dos excluídos?"

Francisco Tavares Magalhães, de São José do Belmonte (PE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Pergunte ao Senador

PUNIÇÃO SÓ PARA OS POBRES

Marcelo Bonfim Coimbra, de São José da Barra (MG)

"Gostaria de saber por que uma pessoa pobre, quando comete um pequeno delito, fica vários anos na cadeia e uma pessoa rica, que rouba milhões do povo, é presa pela manhã e solta à tarde."

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) responde:

"Marcelo, desde o tempo em que o Brasil era império, tudo que o país tinha era em benefício de uma minoria. E isso continua. Por exemplo, uma pessoa que consegue terminar a universidade recebe bolsa para continuar estudando e fazer doutorado. Aquele que ainda não aprendeu a ler não recebe bolsa para ser alfabetizado. Mesma coisa ocorre com a Justiça. É uma Justiça que foi feita para servir sobretudo à minoria privilegiada, que pode pagar bons advogados e que tem leis que, inclusive, a protegem. Por isso, quem rouba um pão é preso, e quem rouba 1 milhão fica solto. No Brasil, as leis são feitas sobretudo para beneficiar uma minoria privilegiada."

O PAPEL DA MAÇONARIA

Valentim Antônio Santos Lima, da Cidade da Serra (ES)

"Em relação ao discurso feito por Vossa Excelência em comemoração ao Dia do Maçom, faço as seguintes perguntas: o que é Maçonaria? O senhor é maçom? Qual o segredo da Maçonaria? A Maçonaria ajuda o próximo?"

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) responde:

"A Maçonaria é uma instituição que congrega cerca de 6 milhões de pessoas espalhadas por 160 países, sendo uma fraternidade que prega a dignidade humana, o respeito às diferenças entre as pessoas, a prática das virtudes e o respeito à nacionalidade. A Maçonaria prega uma intransigente observância ética, a valorização das virtudes, da prática da retidão e da solidariedade, visando ao bem maior do ser humano. Em relação à sua pergunta, respondo que não sou maçom, embora admire a Maçonaria, que deu importante contribuição ao desenvolvimento do Brasil, tendo ativa participação nos principais eventos cívicos, como a Inconfidência Mineira, a nossa Independência, o Império, a Lei Áurea, a República. Ilustres estadistas brasileiros foram maçons. Como não sou maçom, não conheço segredo da Maçonaria. Pelo que sei, os maçons procuram ajudar o próximo, desenvolvendo obras sociais e educativas por meio de suas 34 mil lojas espalhadas pelo mundo."



JOSE CRUZ



MOREIRA MARIZ

Frases

"Nunca vi uma transformação e uma deformação tão grandes como as do PT em dois anos. Que metamorfose!"

Heráclito Fortes, criticando o que chamou de "campanhas milionárias" do PT nas eleições deste ano.

"Concedo a palavra à senadora Heloísa Helena, que precede sua assunção à tribuna com um mergulho no Evangelho, certamente na tentativa de substituir o adjetivo pelo verbo"

Edison Lobão, ao conceder a palavra à senadora alagoana, quando presidia a Mesa do Senado.



CELIO AZEVEDO

"Vamos republicanizar o Orçamento"

João Capiberibe, ao falar sobre projeto de sua autoria que amplia o acesso da população às informações orçamentárias.

"Nem os bancos públicos nem os privados têm autoridade moral para negar a proposta de reajuste salarial solicitada pela greve dos bancários"

Heloísa Helena, condenando a decisão do governo de cortar o ponto dos bancários grevistas.



J. FREITAS

"A sociedade merece ser informada de tudo que lhe diz respeito"

Valmir Campelo, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ao defender a criação de uma lei que estabeleça metas para os programas sociais.

"O abuso do poder econômico e do poder político é hoje, sobretudo, o ponto de estrangulamento da construção da democracia"

Sepúlveda Pertence, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alertando para a corrupção provocada pelo financiamento privado das campanhas eleitorais.

Foto da Semana

O primeiro ano do Estatuto do Idoso foi lembrado com caminhada na Esplanada dos Ministérios, na sexta-feira passada. A manifestação fez parte das comemorações do Dia Internacional do Idoso.



01/10/2004 - ANTONIO CRUZ / ABR

Lula cria comitê para estruturar TV internacional

O canal internacional de televisão brasileiro, discutido há pelo menos um ano por representantes dos três Poderes, está mais perto de ser implantado. Na última segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que cria o comitê gestor responsável pela formulação da programação desse canal.

O comitê será composto por representantes da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e da Radiobrás, além de um membro do Supremo Tribunal Federal (STF) e das Secretarias de Comunicação Social do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O canal será administrado e operado pela Radiobrás, mas todo o conteúdo resultará de discussões dos representantes dos



Planalto dá partida a projeto que resulta de parceria entre Poderes

três Poderes. O projeto também prevê parceria orçamentária: 50% dos recursos serão repassados pela Radiobrás, 20% pela Câmara, 20% pelo Senado e 10% pelo STF. Ainda não há data para o início das transmissões.

A iniciativa pretende buscar parceiros entre as emissoras públicas do Brasil e de outros países da América do Sul, além da colaboração de emissoras pri-

vadas que produzam conteúdos de interesse público, afirmou o presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci.

Os diretores da Secretaria de Comunicação do Senado, Armando Rollemberg, e da Câmara, Márcio Araújo, destacaram o caráter inovador do canal internacional. A grande novidade do projeto, ressaltou Rollemberg, é a parceria entre Legislativo, Executivo e

Judiciário, que, em sua opinião, demonstra o amadurecimento do relacionamento entre os três Poderes.

Canal visa integrar a América Latina

Márcio Araújo observou que a programação não será "chapa-branca", opinião compartilhada por Rollemberg e Bucci. Os dois declararam que o novo veículo busca a integração do Brasil com países latino-americanos e não será um meio de propaganda.

– Nossa idéia é estimular ainda mais o intercâmbio cultural entre os países, num primeiro momento, pois o que estamos procurando criar é um meio de integração entre as culturas da América do Sul e jamais um meio de propaganda ou de promoção dos interesses imediatos de um determinado país – afirmou Eugênio Bucci.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

Conheça o Senado

Obras clássicas a preços acessíveis

As obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas (Ssetec) do Senado Federal podem ser adquiridas pela Internet, pelos Correios ou por telefone. O catálogo com o acervo pode ser consultado pela rede internacional de computadores ou ainda ser solicitado pelo atendimento telefônico. Estão disponíveis para o público, a um preço acessível, clássicos da literatura e do direito brasileiros de autores como Euclides da Cunha e Rui Barbosa, ao lado de obras de interesse jurídico e político, como a Constituição federal e o Estatuto do Idoso.

Na Internet, o catálogo está disponível no endereço <http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm>. Após fazer a escolha da obra desejada, o internauta deve imprimir o formulário de solicitação na opção "Cesto de Compras". Antes de concluir a compra, o interessa-

do deve verificar a disponibilidade de estoque. Isso também pode ser feito por telefone, fax, Correios ou e-mail.

Se a obra estiver disponível, o usuário deve seguir as instruções para efetuar o depósito bancário, especificadas na opção "Como Adquirir Publicações". Após o pagamento, uma cópia do comprovante deve ser enviado por fax ou pelos Correios, com a especificação do que foi escolhido. Para facilitar, o internauta deve utilizar o formulário emitido pelo próprio site, que já possui a relação dos dados.

Para solicitar as obras pelos Correios ou por telefone, o interessado deve contactar a Ssetec - veja telefone e endereço no quadro abaixo. Em qualquer das opções, a compra só será efetivada após a confirmação do crédito pela Conta Única do Tesouro, onde é feito o depósito de pagamento.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N2, Unidade de Apoio 3

Senado Federal

Brasília (DF) - 70165-900

Telefones: (61) 311-3575 e 311-4755

Fax: (61) 311-4258

Site: www.senado.gov.brE-mail: ssetec@senado.gov.br ou livros@senado.gov.br

Para depósito:

Conta Única do Tesouro

Banco do Brasil (001) - Agência 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro/Funseep

Conta corrente: 170.500-8

Código identificador: 020.055.000.010.01-0 (imprescindível)

LIVROS

Euclides da Cunha, muito além d'Os Sertões

MÁRCIO TANCREDI

A produção jornalística dos correspondentes de guerra tem sido, desde o advento dos grandes veículos de comunicação social, uma das fontes mais contundentes - e, infelizmente, constantes - da notícia impressa. Mais raro, porém, é resultar essa experiência profissional em literatura de qualidade, em sentido mais estrito: capaz de subsistir à prova do tempo.

É o que se percebe em obras singulares como *A Cavalaria Vermelha*, de Isaac Babel, relato da luta civil que pontuou o fim da Rússia czarista, e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, curiosamente também centrado numa guerra intestina, a campanha contra os seguidores de Antônio Conselheiro, no sertão da Bahia, com seus antagonistas republicanos e monarquistas igualmente representados.

Em edições comemorativas dos 90 e dos 100 anos da publicação d'Os Sertões, o livro *Canudos e Outros Temas*, volume 2 das edições do Senado Federal, oferece ao público, em sua primeira parte, o "Diário de Campanha" produzido por Euclides em pleno teatro de batalha, a serviço do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O estilo de *Canudos* é, em tudo, o mesmo que consagrou o autor na sua obra maior. Estão lá o geógrafo, o antropólogo e mesmo o romancista, traído pelo interesse captado pelos "causos"



A obra *Canudos e Outros Temas*, editada pelo Senado, oferece casos da caserna e do front, registrados por Euclides da Cunha

da caserna e do front. No despacho "Um episódio de luta", o incidente da bizarra incursão de 12 adolescentes, soldados do Beato, mortos ao tentar destruir um canhão Krupp a cacetadas, no centro do acampamento militar. Ou na nota de 26 de setembro, quando a viúva de um jagunço, morto pela mesma bala que destruiu o braço do filho, em seu colo, responde ao interrogatório do inimigo com calculada ingenuidade, repercutida, vezes sem conta, na ladainha "E eu sei?".

De tal forma Euclides da Cunha é a revelação do Nordeste profundo à consciência brasileira que os *Outros Temas*, descolados da saga sertaneja, exigem, para leitura, um esforço de distanciamento

psicológico, de desapego. Não será um exercício sem recompensa, a bem da verdade, logo se depare o leitor com o surpreendente relato "Última visita", que narra a homenagem prestada por um jovem e anônimo admirador a Machado de Assis, na cena de seu velório.

Canudos e Os Sertões "ao vivo", brotando em flashes de edição extraordinária, sob um fogo tão intenso que o jornalista de campanha já é o escritor consumado. Mesmo que ainda não saiba.

Márcio Tancredi é consultor legislativo do Senado. *Canudos e Outros Temas* custa R\$ 20 e pode ser adquirido pelo endereço livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800612211

Audiência

Atores buscam apoio para superar crise do teatro

Artistas deverão entregar ao presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), ainda neste mês, documento com um diagnóstico da situação do teatro no Brasil. Foram convidados para representar a categoria os atores Marco Nanini, Paulo Autran, Bibi Ferreira e Fernanda Montenegro. A comissão, então, irá promover audiências públicas sobre as dificuldades enfrentadas pelo segmento, que vem registrando alto índice de desemprego. Isso ficou acertado na última segunda-feira (27), em reunião realizada no Rio de Janeiro com a presença do secretário da comissão, Júlio

Ricardo Linhares.

Por orientação do senador Osmar Dias, o secretário expôs ao grupo de atores e produtores as possibilidades que a Comissão de Educação oferece, como a realização de audiências públicas e a formulação de proposições legislativas. Linhares falou também sobre o trabalho desenvolvido em favor do cinema nacional.

Já os atores e produtores fizeram uma radiografia do teatro.

- O setor passa por uma crise que eu não conhecia. A continuar como está, o teatro terá sua atividade reduzida em 80% no ano que vem - previu o secretário. Segundo ele, atores e produtores queixaram-se de



que o governo não dá a devida atenção ao setor.

Participaram da reunião, entre outros, os atores e produtores teatrais Maria Padilha, Marco Nanini, Giulia Gam, Louise Cardoso e Pedro Cardoso, além do secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo (Apetesp), Paulo Pélico.

Casas de espetáculos estão ficando vazias

A retração no teatro brasileiro é tão forte que não há mais produção comercial em ritmo sistemático e as casas estão ficando vazias. A informação foi prestada por Paulo Pélico, representante

da Apetesp.

- Pelo menos desde que faço teatro, há 20 anos, é a primeira vez que vejo as casas de espetáculo sem produção para receber. As casas estão ficando vazias. Num horizonte de dois, três meses, não há nada para ocupá-las.

Numa análise sobre algumas das causas da atual situação do teatro, Paulo Pélico afirmou que a mudança na Lei Rouanet, em discussão há dois anos, cria um ambiente temerário para as empresas patrocinadoras. Mas o pano de fundo, disse, é a falta de políticas públicas para o setor.

Segundo o secretário da Apetesp, até o chamado teatro comercial está deficitário. "Mesmo peças com textos de apelo popular e atores "globais" no elenco deixaram de dar lucro já há muito tempo", revelou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim

2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos

1º Secretário: Romeu Tuma

2º Secretário: Alberto Silva

3º Secretário: Heráclito Fortes

4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza,

Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior,

Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa:

Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação

Social: Armando S. Rollemberg

Diretor-adjunto da Secretaria de

Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da

Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo

Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade

Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar

Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do

Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e

Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor:

John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e

Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.brE-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes,

Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar

- Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cuidado com a audição deve começar cedo

A deficiência auditiva é o problema sensorial de maior incidência na população. Estimativas do Ministério da Saúde indicam que, a cada mil nascimentos, três são de crianças com dificuldades auditivas. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que 15 milhões de brasileiros apresentam o problema. A rubéola adquirida pela mãe na

gravidez e o envelhecimento são responsáveis pelo maior número de casos. Exposição ao barulho e o uso de medicamentos ototóxicos também podem causar limitação da audição.

Embora existam métodos efetivos para se detectar deficiências auditivas desde o nascimento, como o estudo das emissões otoacústicas, o chamado teste da orelhinha, a média de idade de

deteção da surdez é por volta dos quatro anos. Cidades como Brasília, Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro já tornaram o teste obrigatório em suas maternidades.

Nos adultos, muitas vezes a perda auditiva demora a ser percebida. A falta de informação e o preconceito também fazem com que a maioria das pessoas afetadas não tome providências,

apesar dos recursos e tratamentos disponíveis, como cirurgias e aparelhos auditivos.

A audição é fundamental para o aprendizado e desenvolvimento da fala e da linguagem. Estudos da Universidade do Colorado (EUA) comprovam que o diagnóstico precoce e a intervenção médica iniciada até os seis meses de idade garantem à criança afetada pela doença o

desenvolvimento comparável à de crianças sem deficiência. Em adultos, principalmente entre os idosos, a perda auditiva acarreta problemas como isolamento social e depressão. Nesta edição do **Especial Cidadania**, saiba mais sobre a surdez e conheça as formas de prevenção. Veja também as propostas em tramitação no Senado e na Câmara, que abordam o assunto.

Causas, sinais e dicas para prevenção da surdez

Principais causas da surdez:

Durante a gestação - infecções maternas como rubéola, toxoplasmose, sífilis, herpes; uso de drogas ou medicamentos ototóxicos; incompatibilidade sanguínea pelo fator RH entre a mãe e o filho; e hereditariedade (genético).

Recém-nascidos - história familiar de deficiência auditiva congênita; infecção congênita como sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes; anomalias crânio-faciais; peso inferior a 1.500g; entre outras.

Jovens e adultos - infecções virais e bacteriológicas, como meningite, caxumba e sarampo; infecções no ouvido; medicamentos ototóxicos; exposição a produtos químicos; traumas cranianos; exposição ao barulho; presbiacusia (diminuição da audição em decorrência da idade); doenças que alteram a circulação de sangue no ouvido interno como diabetes; hipertensão e colesterol elevado.



Exposição ao barulho contribui para a redução da capacidade auditiva

08/01/96 - LUCIANA WHITAKER/FOLHA IMAGEM



ROQUE SÁ

Fatores comportamentais que podem sugerir problemas de audição:

Bebê:

- não acorda com barulhos fortes, como porta batendo;
- não vira a cabeça quando é chamado;

Criança:

- não forma frases simples por volta dos dois anos;
- aumenta volume do aparelho de som e da TV;
- não consegue localizar de onde vem o som;
- busca contato visual para se comunicar;
- tem dificuldades no aprendizado;
- tem desatenção ou falta de concentração;
- escreve ou fala trocando fonemas.

Adulto e idoso:

- dificuldade de entender o que é dito;
- escuta TV e rádio em volume muito alto;
- apresenta secreção no ouvido;
- relata barulho ou zumbido no ouvido;
- isolamento;
- fala muito alto.

Dificuldade na escola pode indicar problema de audição

Dicas de prevenção:

- Mulheres devem ser vacinadas contra a rubéola antes de engravidar.
- Na gestação, é essencial a realização dos exames pré-natais.
- Crianças devem ser vacinadas contra sarampo, meningite e caxumba.
- Recém-nascidos devem ser submetidos ao teste da orelhinha.
- Deve-se evitar exposição ao barulho e usar protetores de ouvido em situações de exposição.
- Trabalhador exposto ao barulho deve se proteger com tampões e realizar exames auditivos com frequência.

Em qualquer caso de suspeita de alteração auditiva, seja transitória ou permanente, é indispensável a avaliação de um médico otorrinolaringologista, especialista em nariz, ouvido e garganta. Posteriormente, o paciente deverá ser encaminhado para a realização dos exames audiológicos, geralmente realizados por um fonoaudiólogo.

Rubéola durante a gravidez é uma das principais causas do problema



13/04/95 - BÍO FERREIRA/FOLHA IMAGEM

Desenvolvimento da audição e da linguagem nos primeiros anos

- ♦ **0-3 meses:** o bebê se assusta, chora ou acorda com sons intensos, e acalma-se ao ouvir a voz familiar.
- ♦ **3-6 meses:** o bebê olha ou mexe a cabeça para os lados procurando a origem do som. Reconhece a voz materna e emite sons sem significado.
- ♦ **6 meses:** o bebê localiza pron-

tamente sons de seu interesse virando a cabeça na direção do ruído. Reage para sons suaves. Intensifica o balbucio: brinca com a voz, repetindo suas emissões (exemplo: "dá, dá, dá").

- ♦ **1 ano:** o bebê aponta e procura objetos e pessoas familiares quando solicitado. Emite as primeiras palavras.

- ♦ **2 anos:** a criança aumenta seu vocabulário intensamente. Usa sentenças simples, combinando 2 ou 3 palavras (exemplo: dá bola).

Em casos de meningite, caxumba, otites de repetição e história familiar de deficiência auditiva, a audição deverá ser avaliada periodicamente.

A surdez é dividida em quatro categorias

Leve	perda auditiva entre 20dc e 40 dc
Média	perda auditiva entre 40dc e 70dc
Severa	perda auditiva entre 70dc e 90dc
Profunda	acima de 90dc
Dc = decibéis	

Fonte: Mônica Jubran Chapchap, fonoaudióloga e coordenadora do Gatnu e Sociedade Brasileira de Otologia

Informações

Ministério da Saúde
Tel: 0800 61-1997 - www.saude.gov.br

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis)
Tel: (61) 233-6628 - www.feneis.org.br

Conselho Federal de Fonoaudiologia
Tel: (61) 322-3332
www.fonoaudiologia.org.br

Grupo de Apoio à Triagem Auditiva Neonatal Universal (Gatanu)

Treina médicos e fonoaudiólogos em triagem auditiva em São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas (SP), Curitiba (PR) e Santa Maria (RS). No site, os locais que realizam a triagem auditiva neonatal baby@gatanu.org/www.gatanu.org

Associação William House de Otologia
Tel: (11) 3032-9258 - www.awho.org.br

Fundação Otorrinolaringologia
fale@forl.org.br - www.forl.org.br

Sociedade Brasileira de Otologia (SBO)
www.sbotologia.com.br

Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia (Sborl)
Tel: (11) 5052-9515 - www.sborl.org.br

Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines)
Tel: (21) 2285-7692 e 2285-5107
www.ines.org.br

Hospital de Reabilitação de Anomalias

Craniofaciais da Universidade de São Paulo - Centrinho/USP
Tel: (14) 3235-8168 e 3234-7884
www.centrinho.usp.br/

Ong Ver & Ouvir
queroajudar@vereouvir.com.br
www.vereouvir.org.br

Entre Amigos - Rede de Informações sobre Deficiência
Tel: (11) 5082-3501
www.entreamigos.com.br

Projetos tornam obrigatório exame que detecta perda auditiva

Há várias propostas em tramitação para instituir a obrigatoriedade da realização do exame de Emissões Evocadas Otoacústicas (teste da orelhinha), que detecta perda auditiva em recém-nascidos. Entre eles, o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), o PL 504/03, e o PLC 64/04, do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), que instituem a triagem auditiva em todas as crianças nascidas no país, independente dos fatores de risco. O deputado Darci Pompeu de Mattos (PDT-RS) é autor de três projetos, um deles prevê o exame, o PL 6.951/92. Dos outros dois, o PL 2.574/00 assegura às pessoas portadoras de deficiência auditiva o direito de serem atendidas nas repartições públicas federais e estaduais por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o PL 2.696/00 determina à autoridade policial e aos órgãos de segurança pública a busca imediata de pessoas desaparecidas portadoras de deficiência física, mental e/ou sensorial.

Noticiários das emissoras de televisão com legendas ou com a língua dos sinais é a proposta do PL 4.326/93, do deputado Pauderney Avelino (PFL-AM). O projeto ainda torna obrigatório o ensino da Libras aos deficientes auditivos em estabelecimentos federais de ensino, em municípios com mais de 30 mil habitantes. Do então senador Lúcio Alcântara é o PL 3.979/00 que obriga a inclusão de legenda na programação das emissoras. O PLS 125/02, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), obriga a transmissão de propaganda eleitoral pela Libras. Todo equipamento de som em potência superior a 85 decibéis, conforme o PL 1.640/99, da então senadora Marina Silva, deverá conter alerta sobre seus malefícios para a audição. O PL 3.250/04, do deputado Carlos Frederico Nader (PL-RJ), obriga os estabelecimentos comerciais a terem funcionários para o atendimento a deficientes auditivos, e o PL 1.791/99, do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), institui o Dia Nacional dos Surdos.